

Dia 31 de maio terá mobilizações em todo o país

O dia 31 de maio será um dia de mobilizações em todo o país, com manifestações que trarão a exigência de diálogo do governo com os trabalhadores. As palavras de ordem gritarão que “democracia é negociar, não reprimir”.

A data já havia sido definida desde o ano passado pela Central de Movimentos Populares como o Dia Nacional em Defesa das Políticas Públicas, incorporada pelo Fórum Nacional de Luta por Terra Trabalho, Cidadania e Soberania.

As categorias em greve por todo o país, estão programando atos para esse dia, quando cada uma apresentará sua pauta de reivindicações à sociedade, além de defender os serviços públicos. São os servidores federais, os professores universitários de todo o país e aqueles da rede estadual em diversos Estados, assim como servidores da Saúde.

Entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (Une) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) mobilizarão manifestações em todos os Estados e um grande ato em Brasília em defesa da educação pública.

Os movimentos estão dando um destaque especial

para o ato estratégico em Brasília e a mobilização de São Paulo, que deverá agregar muitas categorias de trabalhadores em greve logo de manhã, para suas assembleias, como também movimentos sociais e trabalhadores rurais sem terra.

Em São Paulo, os manifestantes deverão se reunir na avenida Paulista, dirigindo-se para a Assembleia Legislativa, quando entregarão pautas específicas de reivindicações. Os funcionários do Banespa apresentarão aos parlamentares o projeto de lei que pede a organização de um Plebiscito Popular para decidir sobre a privatização do banco.

Protesto em Curitiba

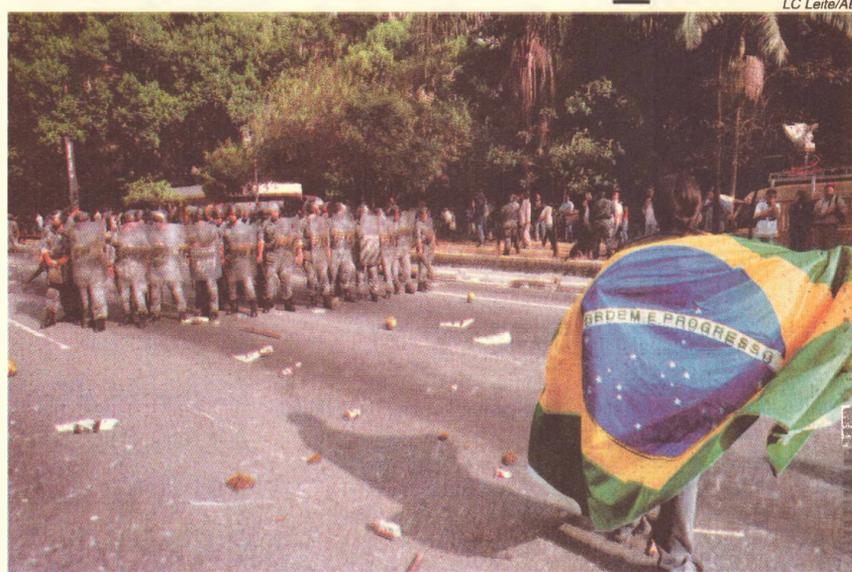
O descontentamento contra o governo Jaime Lerner é o principal combustível para esquentar a preparação da manifestação do dia 2 de junho em Curitiba. Motivos não faltam. Desde o envolvimento da alta cúpula da polícia paranaense nas denúncias de corrupção que estão sendo investigadas pela CPI do Narcotráfico, passando por escândalos envolvendo deputados, prefeitos governistas e a

vice-governadora, até a repressão contra os sem terra, tudo está animando a população a participar do protesto.

Os trabalhadores rurais sem terra serão recebidos em Curitiba de forma gentil, diferente das balas e bombas que os receberam na entrada da cidade durante os protestos do mês passado. Ao chegarem à capital paraense, os sem terra tomarão um café da manhã oferecido por populares e membros de movimentos sociais da cidade. Em seguida, será feita uma passeata até a Basílica de Curitiba, onde haverá um ato ecumênico. À tarde, o protesto será na Boca Maldita, a área dos bares e atividades culturais do centro da cidade.

“Esse ato deve ter uma amplitude jamais vista em Curitiba, reunindo todos que estão insatisfeitos com Jaime Lerner e FHC”, disse Roberto Baggio, representante do Paraná na coordenação nacional do MST.

Delegações de sem terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro estarão presentes ao protesto em Curitiba, que será coberto também pela imprensa internacional.



Dia 18 de maio, av Paulista, São Paulo. A tropa de choque da polícia militar ataca professores, servidores da saúde, estudantes, metroviários e todos que tinham cara de trabalhador. Sem escrúpulos, usam balas de borracha, bombas de gás, cães, cavalos, espadas, cacetetes, jatos de pimenta e muita truculência para tentar conter a insatisfação gerada pelo aumento da miséria.

Neoliberalismo: submissão externa e repressão social

Cumprir metas. Cumprir ordens. Cumprir acordos com o FMI. Reprimir a população. Seriam estas, frases desconexas? Então vejamos.

No último dia 18 de maio, vimos manifestantes sendo espancados na avenida Paulista, em São Paulo. De um lado, dignidade ferida, olhos machucados. Do outro, bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e sprays de pimenta para defender a “ordem”.

Mas outras ordens também viriam. E mais violência. No mesmo dia, em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso, anunciava o corte de R\$ 7,6 bilhões do Orçamento da União para este ano.

Alguns ainda se atreveram a dizer que as medidas foram brandas.

Na avenida Paulista as ações governamentais deixaram saldo de quase 40 pessoas feridas. No Palácio do Planalto não havia mais saldo para a área social. A saúde, educação e reforma agrária não escaparam das ordens de FHC e sofreram cortes de R\$ 1,1 bilhão.

Os motivos que levaram a estes cortes o governo não esconde, pois o próprio Decreto reafirma a necessidade de cumprir as metas de superávit fiscal de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

As tais metas significam total adesão ao projeto de ajuste do FMI. Manter superávit virou profissão de fé. Portanto, as reivindicações de funcionários federais ou estaduais da saúde e da educação, além de outras categorias de trabalhadores em greve, são vistas como um ataque ao acordo assinado com o FMI. Nos cálculos do governo, nada pode comprometer o

superávit que alavancará, segundo os iluminados, a economia para o caminho do crescimento.

Em ambos os casos, São Paulo e Brasília, aliados às repressões no sul da Bahia e no Paraná, o governo tem agido com autoritarismo e arrogância com a sociedade.

A relação do Executivo Federal com o Congresso também não tem sido diferente. A pressão de FHC à aprovação do reajuste do salário mínimo para R\$ 151, e o cancelamento das deliberações dos parlamentares com o corte no Orçamento, declarando inclusive que eles haviam superestimado a inflação para o ano. E, como afirma o advogado Raymundo Faoro, “onde não há a divisão autônoma dos poderes, não há liberdade nem democracia – mas apenas a fachada, a mentirosa fachada”.

Recrudescimento

As atitudes do governo têm exposto as contradições entre o modelo neoliberal que implementa, e os direitos sociais. Sua

submissão ao FMI o impede de dialogar com sociedade e, conseqüentemente, opta pela repressão como forma de controle, uma vez que perde a cada dia sua sustentação popular.

FHC usa, então, de qualquer argumento para justificar sua impopularidade. Vale até mesmo dizer que a “inquietação não é social, é política”. Considerando que estas palavras vêm de um sociólogo, é, no mínimo, surpreendente, para não falar outra coisa. Insulta a inteligência de qualquer um.

E, por falar nisso, dando mostras de sua vocação autoritária, reorganiza o aparato de inteligência e repressão com a criação do Subsistema de Segurança Pública. Embora garanta que em nada tem a ver com a história recente do país, o órgão reproduz a rede de informações entre as áreas federal, estadual e municipal existente no extinto SNI da ditadura militar.

Seriam realmente estes fatos isolados e desconexos?

O contracheque do FMI

Colocar em xeque o governo autoritário de FHC e desmascarar seu plano de sucateamento dos serviços públicos e de setores essenciais como a Educação. Esta é a maior consequência do movimento nacional de greve dos funcionários públicos e professores do ensino público federal e estadual.

Quando a corajosa e isolada paralisação dos professores universitários começou, FHC não esperava tamanha crise nos serviços públicos. O movimento se fortaleceu com a paralisação nacional dos servidores públicos federais e demais professores em vários Estados, provocando as reações mais surpreendentes. O movimento que tem o objetivo principal de cavar uma via concreta de conquistas de reivindicações históricas, confrontou-se com um paredão de intransigência do governo. As “propostas” do governo às reivindicações foram a reedição do programa de demissões voluntárias e a punição de “trabalhadores faltosos”. Desde 1995, esses trabalhadores não recebem qualquer aumento salarial.

O governo dá demonstrações claras de concentrar sua ação política em tranquilizar os agiotas internacionais e agradar o capital estrangeiro. Todas as mudanças na Constituição

visaram facilitar a desnacionalização da economia e a remessa de lucros para o exterior, além de tentar derrubar um a um os direitos dos trabalhadores, conquistados a ferro e fogo em anos de lutas.

FHC tem a empáfia de anunciar o pagamento de US\$10 bi de juros da dívida adiantados, pouco antes de rejeitar o reajuste de R\$177 para o salário mínimo, “por falta de recursos no orçamento”, não hesitando em cortar gastos públicos essenciais, asfixiar o funcionalismo e demitir milhares de servidores.

Na educação, a ordem é redução de custos. FHC exige cortes fulminantes de gastos com professores, aumento do número de alunos por classe, instituição de turnos múltiplos, transferências de despesas das escolas para a comunidade, por meio de parcerias, terceirização e privatização. O plano do governo visa mercantilizar a educação, deixando de ser um direito, para ser um produto vendido para quem pode pagar. Rapidamente, o governo vai privatizando a educação. As primeiras vítimas seriam as universidades federais.

Esse governo quer apagar da lembrança o significado da cidadania, da

solidariedade e da justiça social. Só consumidor é cidadão. Só alguns têm direito à vida.

No serviço público, a situação não é diferente. São cinco anos amargando o arrocho salarial, sem nenhum tipo de negociação. A melhor demonstração do autoritarismo e da resistência ao diálogo com os trabalhadores foi a extinção da data base da categoria. Um precedente único e aberrante na história dos trabalhadores.

Não faltam motivos para a megaparalisação dos servidores federais: perdas salariais acumuladas; novas e abusivas alíquotas de desconto previdenciário; perda de garantia de estabilidade e critérios flexíveis para demissão de profissionais concursados.

A cada dia, os trabalhadores conscientizam-se de que não existe alternativa fora da luta e da mobilização conjunta. As manifestações populares têm cada vez mais cores pela diversidade de segmentos da sociedade que vão às ruas. A resposta do governo marcha firme e carregada do cinza das fardas e fumaças de bombas. Uma resposta que só consegue tornar FHC ainda mais impopular e insensível aos olhos da opinião pública.

Tempos de violência...



RECADADO

As duas táticas do governo FHC



Jorge Mariano

O governo FHC quer retomar a iniciativa e trabalha para inviabilizar o crescimento das manifestações e protestos em todo país.

Mudou de tática e assumiu a repressão pura e simples. Recusa-se a negociar – tanto em São Paulo como em Brasília – com os servidores públicos e começa a organizar um sistema político repressivo, temendo um aumento das reivindicações sociais e a possibilidade de um movimento nacional de protestos, a exemplo do que vem acontecendo em muitos países da América Latina.

Trata-se de uma política preventiva e de intimidação, já que o governo sabe que não mudará de rumo e de modelo econômico e, portanto, que os problemas sociais só se agravarão, restando para ele a saída da repressão.

Daí a reorganização do SNI, hoje chamado ABIN,

para informar o governo sobre a oposição e os movimentos, com objetivo de tomar medidas para bloquear e mesmo inviabilizar nossas ações de oposição.

O núcleo do governo já trabalha de forma militar e nos trata como inimigos. Por isso, tivemos a volta da LSN e da censura, que continuaram com outros nomes e de outras formas, Lei de Defesa do Estado Democrático, e matérias como a revista “Veja” sobre o MST.

No front político, o governo recompõe sua base de apoio, isolando ACM, e prepara uma reforma política que, seguramente, tem como objetivo impedir a vitória da esquerda ou mesmo garantir o continuísmo da era FHC, via parlamentarismo. Trabalha as divisões na esquerda anunciando sua preferência pela candidata Luiza Erundina, em São Paulo, e não afrouxa o cerco aos governos que se mantêm na oposição, seja nos Estados ou nos municípios, ao mesmo tempo em que manipula o orçamento e os bancos oficiais para privilegiar os aliados.

As PMs se transformam em operadoras não só de repressão social, mas de repressão política, já que são, na prática, polícias

políticas que fazem escuta telefônica, infiltração, provocações e operações políticas, ainda sem a tortura

O objetivo do Governo é despolitizar, criminalizar os movimentos sociais como violentos e sem objetivos institucionais para isolá-los e derrotá-los, separar o PT e a esquerda da luta social e derrotar tanto os movimentos sociais como os partidos, particularmente o PT. Tudo que o Governo quer são movimentos reivindicatórios, que podem até radicalizar na forma de luta, mas isolados e sem perspectiva política nacional.

A forma hipócrita e cínica

O governo trabalha de forma militar e nos trata como inimigos

que os tucanos e parte da mídia tratam os incidentes com Covas e Serra é um exemplo gritante desta política: cobrar do PT medidas contra os autores das ações individuais e se eximir de culpa pela repressão desde Porto Seguro, da morte do sem terra no Paraná, dos

ferimentos graves ao jornalista em São Paulo e de centenas de manifestantes, obra de uma política decidida por eles e pelo governo FHC.

O grande desafio do PT e das esquerdas é combinar e articular a luta social com a luta institucional, nacionalizar os protestos e dar à luta reivindicatória um objetivo político nacional: a mudança do modelo econômico e do governo FHC por um novo governo.

Este caminho passa por pressionar o governo para negociar e atender às reivindicações populares e derrotá-lo nas urnas em 1º de outubro, preparando tanto um amplo movimento nacional de protesto, como nossa vitória em 2002.

Para mudar o Brasil é necessário dar um sentido político nacional às nossas reivindicações sociais. E o Brasil só mudará se nossos objetivos políticos nacionais tiverem uma ampla base de apoio social, organizada num amplo movimento nacional de protestos.

Essa é a melhor estratégia para responder de forma adequada às táticas do governo FHC.

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal/SP

INTERNACIONAL

Comissão de Direitos Humanos investiga “Operação Condor”

As recentes revelações sobre a participação brasileira na “Operação Condor” mobilizaram a Comissão de Direitos Humanos. A operação, montada pelas ditaduras latino-americanas nos anos 70, e constituiu-se em uma rede de informações e capturas de opositores políticos. O STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou investigação da Justiça argentina no Brasil sobre o caso.

O presidente do Movimento de Justiça dos Direitos Humanos de Porto Alegre (RS), Jair Krischke, entregou ao presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, deputado Marcos Rolim (RS), documentos relatando

episódios que, segundo ele, comprovam a existência da Operação Condor.

Krischke acredita que ações conjuntas de cooperação entre Brasil e Argentina continuam existindo. Ele citou como exemplo a prisão de dois jovens argentinos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro que foram interrogados secretamente por agentes argentinos.

O silêncio dos culpados “Se depender do governo federal, as investigações sobre a Operação Condor não serão bem sucedidas”, alerta Rolim. “Mesmo diante da pressão internacional para revelar os documentos da Operação Condor, o governo insiste em celebrar seu pacto de silêncio com os militares”, denuncia o deputado petista.

PT não quer OEA como instrumento de intervenção dos EUA

O PT está radicalmente contra a intenção do governo americano de propor um reforço na capacidade de intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises latino-americanas. A proposta deverá ser apresentada pelos Estados Unidos na próxima reunião da OEA, em 4 de junho, no Canadá.

“Somos radicalmente contra essa proposta porque a OEA sempre interveio pelos interesses americanos”, declarou o presidente nacional do PT, José Dirceu. Ele lembrou o passado de convivência da OEA com os regimes militares latino-americanos como prova do alinhamento da organização com a política externa de Washington.

Kosovo

A proposta de reforçar a capacidade intervencionista

da OEA foi divulgada pelo vice-secretário de Estado americano para Assuntos do Hemisfério Ocidental, o embaixador Peter Romero. Canadá e Argentina já estariam favoráveis à proposta. O projeto americano é dotar a OEA, sob seu comando, de uma capacidade de intervenção militar semelhante à exibida pelos Estados Unidos e seus aliados europeus durante a crise de Kosovo, nos Balcãs.

O governo americano estaria preocupado principalmente com situações como a da Colômbia, onde a guerrilha de esquerda disputa o poder com as autoridades de Bogotá, além de situações críticas como a do Equador, Bolívia, Peru e Brasil, onde os conflitos do governo brasileiro com trabalhadores rurais sem terra chamam a atenção de Washington.

Deputado petista é ameaçado de morte

O deputado estadual petista Randolph Frederich Rodrigues (AP) foi agredido e ameaçado, no dia 23 de maio, por parlamentares no plenário da Assembléia Legislativa. Os agressores estão envolvidos em denúncias de envolvimento com quadrilhas de traficantes e por corrupção averiguadas pela CPI do Narcotráfico da Câmara.

Nos últimos dois meses, a CPI do Narcotráfico foi duas vezes ao Amapá apurar as atividades de quadrilhas que transportam cocaína entre a Colômbia, passando pelo Brasil e enviando a mercadoria ao exterior. Nas apurações, foram relacionados como envolvidos com os traficantes, os deputados estaduais Paulo José (PTB);

Rosemíro Rocha (PL), o presidente da Assembléia Legislativa, Fran Junior (PMDB); e Jorge Salomão (PFL), irmão da presidente do Tribunal de Contas do Estado, Margarete Salomão, também envolvida nas denúncias.

Tanto o esquema de tráfico como o de corrupção foram confirmados nas apurações da CPI. Denúncias foram apresentadas ao Ministério Público.

Desvio da atenção

Na última terça-feira, numa tentativa de desviar a atenção das denúncias que a cada dia se avolumavam, o deputado federal Sérgio Barcelos (PFL) apresentou denúncia de irregularidades que teriam sido cometidas pelo governador João Capiberibe (PSB), pedindo o impeachment. “Eles consultaram três advogados importantes da cidade, que não aceitaram encaminhar as denúncias por falta de consistência nas acusações”, disse o deputado Randolph Frederich Rodrigues. Sérgio Barcelos é acusado de ter tentado seqüestrar e matar o vereador petista Peri

Arquillau. A maioria governista na Câmara dos Deputados, em Brasília, não permitiu que Barcelos fosse julgado pela acusação.

A sessão de terça-feira na Assembléia Legislativa discutiu a apuração das alegadas irregularidades de Capiberibe, mas, fora do prédio, uma manifestação repudiava as acusações e queria que as investigações contra o tráfico de drogas prosseguissem. A segurança da Assembléia impediu a entrada dos manifestantes, que empurraram a porta do prédio e atiraram ovos nos policiais.

O deputado Randolph foi cercado no plenário pelos deputados acusados pela CPI. Outros dois deputados, Geraldo Rocha (PDT) e Alexandre Barcelos (PFL), filho de Sérgio, agrediram o petista. Randolph se livrou dos agressores e, ao tentar registrar a denúncia na Justiça foi cercado por mais deputados estaduais da oposição, Eider Pena e Vital Andrade (ambos do PDT) que o ameaçaram. Vital chegou a sacar um revólver e dizer: “Agora vou acabar contigo”.

Providências

Randolph e o PT entraram com representação no Ministério Público. O parlamentar quer que a Justiça lhe dê garantia de vida e forneça um segurança para que ele possa voltar ao plenário da Assembléia Legislativa. “Ontem recebi mais uma ameaça de morte por telefone, contra mim e meus dois filhos”, falou o parlamentar do PT.

O PT e outras entidades populares organizam para o final da semana que vem uma manifestação de protesto contra a tentativa de impeachment do governador e pela continuação das investigações sobre o narcotráfico. O PT do Amapá também está organizando uma campanha de defesa da integridade física de Randolph. Mensagem de solidariedade ao parlamentar e de repúdio às agressões por ele sofridas podem ser enviadas ao e-mail randpt@uol.com.br. Todas as mensagens serão enviadas ao Ministério Público.

Feriado celebra Consciência Negra

O vereador petista Edson Santos conseguiu a aprovação da lei de sua autoria, que institui o dia 20 de novembro como feriado de Zumbi dos Palmares na cidade do Rio de Janeiro. Em sessão realizada em 24 de maio no Supremo Tribunal Federal, a lei foi aprovada por unanimidade pelos dez ministros.

“A decisão do Supremo é um reconhecimento da importância de Zumbi, como um líder do povo brasileiro e símbolo da luta dos excluídos”, declara o vereador, referindo-se ao líder da resistência dos quilombos contra a escravidão negra.

O projeto de lei vinha sofrendo forte oposição desde 1994. Em 1995 chegou a ser adotado o feriado no Rio de Janeiro, em função de uma liminar concedida pelo desembargador Sérgio Cavaliari Filho, do Tribunal de Justiça.

Paulo Jackson morre em acidente

Morreu na madrugada do dia 19 de maio o deputado estadual Paulo Jackson (BA), membro do Diretório Nacional do PT. O ônibus que o levava de Salvador para Xique-xique tombou nas proximidades de Morro do Chapéu, a 450km de Salvador após tentar desviar de uma carreta, caindo em uma ribanceira. Além do deputado, morreram mais três pessoas.

O deputado viajava para Gentio de Ouro, onde participaria de atividades do mandato.

Jackson era engenheiro, casado e pai de dois filhos, ex-funcionário da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Águas e Saneamento do Estado da Bahia (Sindae). Suplente de deputado

estadual, de 1991 a 1995, Paulo Jackson assumiu o mandato em 1993. Reeleito em 1995 e 1998, foi líder do PT, do bloco PT/PCdoB e da oposição na Assembléia Legislativa. Indicado diversas vezes pela imprensa, Destaque em Plenário, Melhor Deputado e Melhor Líder, atualmente era vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

PTnotícias

Journal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rosana Ramos

MTB 19131

REDAÇÃO

Rosana Ramos, Fernanda Estima, Valter Venturini e Claudio Cezar Xavier

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Birnbo e

Sônia M. N. Pedroso

PAGINAÇÃO ELETRÔNICA

Alexandre Machado

FOTOS

Roberto Parizotti

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: ptnot@pt.org.br

Home page: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Artpress

TERRA

Um milhão para repartir o chão

Campanha pretende limitar tamanho de propriedade rural

Foi lançada esta semana, na Câmara dos Deputados, pelo Fórum Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo a campanha "Medida de Justiça: acabar com 500 anos de latifúndio, repartir a terra para multiplicar o pão", que pretende colher um milhão de assinaturas em todo o País para apoiar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o tamanho da propriedade rural no País. A PEC tem autoria da deputada federal Luci Choinacki (PT-SC), articulada com outros deputados do Núcleo Agrário do PT.

De acordo com a deputada são necessárias 172 assinaturas de deputados federais para a PEC ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Depois, será enviada a uma Comissão Especial para discutir o mérito do assunto. Com a aprovação da PEC, o tamanho máximo de qualquer propriedade no Brasil passaria a ser de 35 módulos fiscais, o que significa, no Sul do país, por exemplo, em torno de 700 hectares. No Norte, isso corresponde a 3 mil hectares em média.

Para o presidente nacional do PT, José Dirceu

(SP), "a iniciativa é correta pois abre o debate com a sociedade". Dirceu ressalta a necessidade de uma "luta por um novo modelo político e econômico, uma nova política agrícola".

No Senado, a líder do PT, Heloísa Helena (AL), enfatizou que a luta pela reforma agrária, "pela terra prometida", envolve corações e mentes há muito tempo. Ela lembrou do livro "Vidas Secas", de Graciliano Ramos. "Nesse livro vi a persistência, os corações cheios de esperança e coragem", interpreta.

Melancias

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, reafirmou que o governo FHC não está fazendo reforma agrária. "O governo informa que desapropriou 12 milhões de hectares, mas não revela que 4 milhões de hectares foram cedidos à empresa C.R. Almeida, de Curitiba", denuncia o líder do MST e complementa, "a Varig, por exemplo, possui 200 mil hectares e nunca pensei que avião precisasse de fazenda". "O presidente FHC tem uma fazendinha de 1 mil e 200 hectares em Buritis e não sabe diferenciar uma melancia de uma abóbora", ironiza ele.

No Brasil, desde a colonização, a terra permanece concentrada nas mãos de poucos, dos latifundiários e dos grileiros. Vinte por cento do imenso território nacional, conforme o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, são dominados por grileiros.

Portanto, são terras improdutivas, porque não atingem o seu fim social, desrespeitando assim uma regra constitucional do nosso País (CF, artigo 5º, parágrafo 1º). A propriedade, conforme a Constituição brasileira, deve servir à liberdade do ser humano e ao sustento da população. Concordo com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, que durante audiência me respondeu, ao ser questionado sobre uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada por mim para limitar o tamanho da propriedade rural no País: "Latifúndio não serve nem para criar cobras".

Repartir o chão é a luta sem trégua do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E massacres como o ocorrido em Eldorado de Carajás, quando foram mortos 19 trabalhadores rurais, são infelizes exemplos da ganância e da perversão que até hoje tomam conta da elite urbana e rural desse País.

Essa PEC tem por objetivo criar as condições institucionais para a efetiva

superação do latifúndio no Brasil, evidentemente o maior e mais renitente dos anacronismos da estrutura social brasileira, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania por parte de milhões de brasileiros.

Subjacentemente, ao possibilitar, com força emanada do Estatuto Federal, a eliminação de propriedades fundiárias com áreas vergonhosamente exorbitantes, a proposição sinaliza um limiar de terceiro milênio, para o Brasil, com possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra, permitindo, assim, a ampliação e a redinamização da base produtiva do País e, por conseguinte, estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil.

Vale destacar que a motivação dessa iniciativa não se deve a razões de cunho ideológico. Decorre, exclusivamente, do entendimento de sua relevância para os interesses social e nacional, face ao imperativo da extirpação definitiva do latifúndio, como pressuposto de um futuro econômico promissor para o país, em bases democráticas concretas para a sua população.

A despeito de convicções políticas, qualquer pessoa de bem, e ajustada aos valores da civilização contemporânea, não pode tolerar mais a manutenção de uma estrutura agrária

imutável desde as suas origens no período colonial, que desautoriza qualquer discurso atual da suposta modernidade brasileira em curso.

Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de País com o quadro de segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta, cujos efeitos, entre outros fatores, nos inclui entre os países com os piores indicadores de desenvolvimento humano, de acordo com avaliação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma breve radiografia da estrutura agrária brasileira, com base nos dados do Atlas Fundiário do Incra, mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no País que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, os minifúndios (incluindo os não identificados) representam 62,2 % dos imóveis, ocupando 7,9 % da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8 % dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7 % da área total.

O Incra considera que, na média nacional, 62,4 % da área total dos imóveis rurais no Brasil são improdutivos, sendo que 78,8% estão na região Norte; 69,5% no Nordeste; 50,4 %, no Sudeste; 42,6 %, no Sul; e 62,7 %, no Centro-Oeste.

Nos últimos 40 anos mantêm-se o quadro em que, menos de 2% do universo dos imóveis

cadastrados, representado pelo segmento dos grandes imóveis, de área igual ou superior a 1.000 hectares, continuam detendo mais de 50% da área cadastrada.

O limite proposto é de 35 módulos fiscais. Deve-se destacar que essa proposta não é conflitante com o atual ordenamento legal que regula, em particular, os critérios para desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Assim, permanecerá a exigência do cumprimento dos outros fatores definidores do cumprimento da função social para a grande propriedade; apenas ela passaria a ter área entre os limites inferiores e superiores, respetivamente, de 15 e 35 módulos fiscais.

A PEC é um pontapé inicial da campanha que foi deflagrada pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, com participação de 20 entidades e o apoio dos partidos de oposição, com o lema "Uma medida de justiça: acabar com 500 anos de latifúndio, repartir a terra para multiplicar o pão". A iniciativa pretende recolher um milhão de assinaturas.

Deputada federal Luci Choinacki (PT) é agricultora, organizadora do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)

Mudar o código ou mudar o modelo?

A polêmica em torno da reforma agrária aparece como uma diferença de opinião e às vezes de porcentagem da área de cada propriedade rural que deve ser protegida do corte raso, quando no fundo é uma batalha cultural e ideológica sobre o modelo de desenvolvimento para o país, a partir do passivo ambiental já acumulado.

O fato detonador deste debate foi a notícia da taxa de desmatamento da Amazônia referente ao ano de 1995, que alcançou cerca de 3 milhões de hectares. Diante dos protestos internos e internacionais, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso baixou a medida provisória número 151 em julho de 1996 (com sucessivas reedições até hoje), alargando a área de proibição do corte raso de 50 para 80 por cento em propriedades com cobertura florestal na Amazônia, e de 20 para 50 por cento nas propriedades situadas no bioma Cerrado.

Desde 1996, os grandes proprietários rurais liderados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), insurgiram-se e apóiam, identificando-os como retrógrados, contrários ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil, e até

mesmo como vendidos aos interesses do agribusiness norte-americano – esquecendo-se dos motivos e da origem presidencial da MP.

Em verdade, a CNA e a bancada ruralista no Congresso Nacional deram sustentação moral e política à desobediência civil que resultou em taxas de desmatamento na Amazônia, da ordem de 2 milhões de hectares/ano, no período 1995-99, correspondente ao governo FHC. Não contentes elaboraram um projeto de conversão de lei (projeto Micheletto) com tal permissividade ao desmatamento na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica que, em alguns casos, se pode desmatar até 100% da área da propriedade e só não conseguiram aprová-lo em função das denúncias dos movimentos ambientalistas e a atuação da bancada do PT no Congresso Nacional.

Em contraposição, o Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), após audiências públicas, elaborou uma proposta alternativa mantendo a proibição de corte raso em 80% da área da propriedade quando em Floresta Amazônica, e de 35% quando em Cerrado, dentre outras regulamentações.

A polêmica adquiriu tal

importância política que obrigou o posicionamento do ministro do Meio Ambiente e do presidente da República contrário ao Projeto Micheletto, não obstante terem permitido sua aprovação pela Comissão Mista do Congresso que estudava o assunto.

Afinal de contas, o que está em jogo?

O que está em jogo é o futuro dos remanescentes da Mata Atlântica, do Cerrado e da Floresta Amazônica, respectivamente 7%, 50% e 85% das áreas originais; mas também, toda a sua rica biodiversidade; a dinâmica das águas das pequenas e grandes bacias hidrográficas; o clima do planeta; as possibilidades infinitas da biotecnologia; e a longo prazo, a sobrevivência da vida na Terra.

Em nome desta razão escatológica, há que se impor restrição ao desmatamento como a quaisquer atividades de ocupação, uso e exploração dos recursos naturais, para que se respeite a capacidade de suporte e o tempo de regeneração dos variados ecossistemas; para se garantir os seus benefícios às futuras gerações; e à perpetuação da vida e da vida humana.

Gilney Viana é secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT

"Projeto motosserra" é enterrado sob ipê roxo

Foto: Joedison Alves/AE



Parlamentares do PT enterraram no dia 16 de maio no Congresso Nacional o "projeto motosserra", apelido dado ao projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) referente ao Código Florestal. O texto reduz os percentuais de reserva legal, permitindo o desmatamento da floresta amazônica e do cerrado. Sobre o projeto foi plantada uma muda de ipê roxo. O ato simbólico serviu para que as bancadas petistas da Câmara e do Senado protestassem contra a aprovação do relatório final de Micheletto na comissão mista que

estudou a MP nº 1956-49, referente ao código.

A proposta reduz em 30% a área de reserva legal na região amazônica e em 15% a área do cerrado do Centro-Oeste.

Para a deputada Iara Bernardi (PT-SP), autora do apelido da proposta, "a intenção do projeto está clara: o desmatamento e o comércio de madeira".

Os petistas carregaram da rampa do Congresso até o gramado pás, enxada, cavadeira, regador e a muda de ipê roxo para realizar o ato. Foram fixados dois cartazes com os dizeres "Aqui jaz o projeto Maledetto", uma alusão ao nome do relator, e

"Vida longa ao Ipê do Conama", uma referência à proposta elaborada pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), apoiada pela oposição.

Reedição da MP

Os líderes do Congresso fecharam acordo para a realização de um novo debate sobre o Código Florestal, ampliando-se a comissão mista que aprovou o relatório de Micheletto. Segundo esse entendimento, o governo reedita a MP que altera o Código Florestal quantas vezes for necessário, até que a proposta em debate atenda a todos os setores envolvidos.

INFORMAÇÃO

Derrotar FHC NAS ELEIÇÕES



Não tenho dúvida que as eleições municipais deste ano vão confirmar o crescimento do PT e dos partidos de oposição, aplicando uma derrota ao projeto excludente, entreguista e repressor do governo Fernando Henrique Cardoso.

A conjuntura é favorável às oposições. O governo não tem soluções para os graves problemas que afligem a maioria dos brasileiros, convivendo com altos índices de desemprego, salários archoados, corrupção e envolvimento de políticos da base aliada com o narcotráfico. Na verdade, o governo faz uma opção de manter os compromissos com o Fundo Monetário

Internacional e governa para banqueiros e grandes empresários nacionais e estrangeiros.

A tendência é de crescimento no segundo semestre da insatisfação popular, com manifestações em todo o País. Neste cenário cabe aos partidos de esquerda ficar à frente das lutas sociais. As campanhas eleitorais não estão desvinculadas das mobilizações contra a política do governo. Ao contrário, nossos candidatos devem participar levando as propostas do Partido, de forma a combinar as reivindicações imediatas com a necessidade de uma saída democrática e popular para o Brasil.

O PT é um Partido em expansão

Nas eleições municipais de 1996 o PT foi vitorioso em 115 municípios e elegeu 1985 vereadores. A nossa expectativa é a de que em 2000 vamos ganhar em pelo menos 250 municípios e mais que duplicar o número

de vereadores.

Temos chances de ganhar em importantes capitais e vamos governar cidades importantes em praticamente todos os Estados, saindo consagrados das urnas. Vamos nos manter no governo de Porto Alegre e Belém. Vamos fazer a disputa para vencer em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Branco, Goiânia, Campo Grande, Teresina, Aracaju, Natal e Belo Horizonte, apoiando à reeleição de Célio de Castro, do PSB. E estamos crescendo em Recife, Maceió, Florianópolis e Cuiabá.

Mas não adianta só ganhar. Faz-se necessário um trabalho de fortalecimento do Partido para vencer e governar depois. Muitas vezes ganhamos uma prefeitura ou elegemos vereadores que depois têm dificuldade de exercer os cargos para os quais se elegeram.

O Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) criado pela direção nacional para

acompanhar as ações eleitorais do Partido, entre as suas atribuições, reserva o papel de preparar os nossos candidatos e candidatas para vencerem as eleições e governar ou legislar levando em consideração as experiências de vinte anos à frente de governos e nos parlamentos.

O GTE, em conjunto com as secretarias de Comunicação, Formação e Assunto Institucional, está promovendo cursos de capacitação em todas as regiões, com oficinas de comunicação e marketing, pesquisa, planejamento de campanha, programa de governo. A idéia é dar uma uniformização nas propostas políticas do Partido, preparar os nossos candidatos e candidatas para fazer uma campanha organizada, potencializando ao máximo os poucos recursos materiais e humanos que dispomos.

Francisco Campos é membro do Diretório Nacional e da Coordenação do GTE

Lula: Projeto Moradia não tem dono, é de todos

Foto: Parizotti

“O Projeto moradia não tem dono, todos podem tomar a iniciativa de aproveitá-lo parcial ou integralmente, desde já”, foi como o líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva, membro do conselho consultivo do Instituto Cidadania, abriu o evento de lançamento do Projeto Moradia em São Paulo no dia 26 de maio. A idéia de disponibilizar o projeto é que medidas concretas e imediatas comecem a ser tomadas por prefeituras, governos estaduais ou mesmo pelo governo federal, utilizando as reflexões e orientações do projeto.

O seminário de lançamento soma-se a outras iniciativas da sociedade civil, apresentando uma proposta que ajude a transformar o direito constitucional à moradia digna, em realidade. Desde fevereiro deste ano, a moradia integra o rol de direitos sociais consagrados na Constituição Federal.

Conferência Nacional das Cidades

Um dos destaques do seminário, foi a sugestão do prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), coordenador da Frente Nacional de Prefeitos, que definiu para o início do próximo ano, a realização da Conferência Nacional das Cidades, para discutir política habitacional e reorganização das cidades a partir do Projeto Moradia. O evento de lançamento

contou com três mesas discutindo Financiamento Habitacional, Política Urbana, Gestão e Controle Social. Entre sindicalistas, assessores do governo federal, professores titulares da USP e lideranças dos movimentos populares, debateram o governador petista do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Além dessas personalidades, o evento foi prestigiado pela presença do governador de Minas Gerais, Itamar Franco. A abertura e encerramento ainda tiveram a presença da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP). Após o seminário que aconteceu no Crowne Plaza Hotel, em São Paulo, realizou-se um Ato Solene na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O evento está aberto para críticas e sugestões da sociedade até o dia 26 de junho, no telefone (0xx11) 6161-4311/6915-7022 ou pelo correio à Rua Pouso Alegre, 21 - Ipiranga - CEP 04261-030 - São Paulo - SP - Brasil, ou ainda pelo correio eletrônico: ic.moradia@uol.com.br.



Moradia – direito básico para a dignidade humana

Durante este biênio de 2000-2001 o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos programou o lançamento de duas campanhas mundiais sobre habitação: uma sobre moradia adequada para as populações e outra sobre gestão urbana e desenvolvimento sustentável. A primeira campanha da ONU pretende destacar que a moradia segura e adequada é um dos catalisadores mais importantes para estabilizar as comunidades, melhorar as condições de vida das pessoas, reduzir a exclusão social e melhorar o acesso aos serviços urbanos. A segunda campanha estimulará os governos a promoverem o desenvolvimento urbano, vinculando as atividades operacionais e normativas em todos os níveis. Estamos no mês de maio e até o momento não vi nenhuma campanha e muito menos o efeito delas. Os mais recentes problemas mundiais sobre a habitação foram expostos e debatidos durante o III Foro Regional de Parlamentares para o Habitat do Continente Americano, realizado na Guatemala em julho do ano passado e do qual participei como integrante da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados. Neste evento é que foram anunciadas as campanhas da ONU.

Fato é que o problema de moradia dos brasileiros deve ser resolvido com projetos brasileiros e não devemos ficar esperando por campanhas patrocinadas por organismos internacionais. Temos que acelerar a tramitação dos nossos projetos na Câmara dos Deputados: O Estatuto das Cidades (PL 5.788/90) que estabelece diretrizes gerais da política urbana e o projeto que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular (PL 2.710/92).

A crise econômica e social do Brasil, que só tem se agravado nos últimos anos, está fazendo

crescer o problema de moradia em nosso país. A cada dia, mais uma família adota uma ponte para morar ou monta um barraco num morro qualquer, aumentando uma de nossas maiores vergonhas: as favelas urbanas. Sem saneamento básico, com esgoto a céu aberto, em meio ao lixo e à poluição, desprotegidos das chuvas e das baixas temperaturas, milhares de famílias encontram nestas alternativas, a única maneira de morar.

A classe média também sofre com a falta de uma política adequada de financiamento. Ofertas de imóveis existem no mercado, mas o que está faltando é adesão da população aos financiamentos já que as famílias excluídas não apresentam a renda mínima exigida pelos agentes e nem garantias a oferecer, para assegurar a quitação dos compromissos. A solução do problema de moradia, portanto, não depende somente da existência de recursos e sim da criação de condições que garantam o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento disponível.

Durante os últimos meses participei da elaboração do “Projeto Moradia”, promovido pelo Instituto Cidadania, juntamente com especialistas em financiamento e em construção, lideranças populares e sindicais, empresários, cooperativas e professores universitários. Entre outras propostas, a defesa da concessão de um subsídio massivo em moldes inovadores para possibilitar que as famílias beneficiárias paguem o financiamento através de mecanismos que adequem o valor da prestação à sua renda mensal, foi um dos pontos fundamentais apontados para melhorar as condições de moradia dos brasileiros.

Iara Bernardi é deputada federal (PT/SP)

NOTAS

Cartilhas orientam candidaturas petistas

O Diretório Nacional do PT publicou cinco cartilhas para orientar os candidatos do Partido às eleições deste ano. “Registrando a Candidatura” é uma publicação que orienta os candidatos para os procedimentos jurídicos. As outras quatro são da série “Roteiros & Dicas” e são sobre Meio Ambiente, Comunicação, Organização de Campanha e Programas de Governo.

Com as cartilhas, busca-se contribuir para a formação dos candidatos e candidatas e, ao mesmo tempo, garantir a uniformidade básica das propostas de campanha este

ano. A série de cartilhas foi um trabalho coordenado pelo Diretório Nacional e desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Eleitoral 2000 (GTE) em colaboração com as secretarias nacionais de Formação Política, Comunicação, Meio Ambiente e Assuntos Institucionais.

O preço das cartilhas varia de R\$ 1,50 a R\$ 2,50. Os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Vendas e Distribuição do DN pelo telefone (0XX11) 233-1310, com Jussara ou Rita, ou ainda pelo e-mail vendas@pt.org.br



PT realiza seminário para discutir saneamento ambiental

Aliar saneamento básico às preocupações com o meio ambiente sempre foi uma questão central para os programas de governo do PT. Esta será a discussão do seminário “Políticas Públicas de Saneamento Ambiental”, que atualiza o debate para subsidiar as candidaturas petistas neste ano de eleições municipais. Serão discutidas ações comuns de combate à política de privatizações do governo federal.

Estão confirmadas as presenças do presidente nacional do PT, José Dirceu, do deputado Aloizio Mercadante, parlamentares

de todo o país e representantes de empresas de saneamento de diversas prefeituras petistas.

O seminário ocorre nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho no Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF) e é promovido pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD) e os Núcleos de Desenvolvimento Urbano, Saúde e Segurança do PT na Câmara dos Deputados.

Seminário discute feminismo e políticas públicas

A Sempreviva Organização Feminista (SOF) realiza de 12 a 14 de junho o seminário sobre Gênero nas Políticas Públicas. O encontro será no Hotel San Raphael, largo do Arouche, 150, em São Paulo.

O objetivo do seminário é analisar os limites para a incorporação das perspectivas de gênero nas políticas públicas frente a

visão de redução das tarefas do Estado, desregulamentação e transferência de responsabilidade para a sociedade, além de discutir as desigualdades sociais e de gênero. As inscrições devem ser feitas até 2 de junho com Márcia por telefone ou fax (0XX11) 870-3876 ou por correio eletrônico: sof@sof.org.br. O número de vagas é limitado a 50.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

A vida acima da dívida



A democracia também pode ser direta

De 2 a 7 de setembro deste ano, durante a semana da Pátria, ocorrerá em todo o país o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Nas igrejas, nas sedes dos movimentos sociais, nas sedes partidárias, nas escolas, nas praças públicas, nas empresas, em todos os locais onde for possível, serão colocadas urnas para colher a opinião da população sobre três questões:

● **O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?**

● **O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?**

● **Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público, para pagar a dívida interna aos especuladores?**

Queremos que milhões respondam estas questões com um firme não! Para que isso ocorra, será necessário que as entidades engajadas no Plebiscito realizem um grande trabalho educativo, mostrando que o acordo com o FMI e o endividamento externo/interno estão na base dos problemas da maioria da população brasileira.

O sucesso do Plebiscito servirá, também, como pressão pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, no dia 1º de junho, no Congresso Nacional, que prevê entre outras medidas a realização de uma auditoria pública da dívida externa.

Está prevista também a apresentação, pela líder do PT, senadora Heloisa Helena (AL),

de outro projeto para cancelamento da dívida dos países pobres com o Brasil.

A exemplo de outros países

É muito comum, na Europa e nos Estados Unidos, a população ser chamada a decidir diretamente sobre temas os mais diversos, como a legislação sobre o aborto, a adesão ou não a tratados econômicos dentre outros. No Uruguai, a população foi chamada a decidir, em um plebiscito, sobre as privatizações.

A Constituição brasileira, promulgada em 1988, estabelece em seu artigo 14 que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante iniciativa popular, referendo e plebiscito”. Cabe ao Congresso Nacional (artigo 49) autorizar a realização de referendo e a convocação de plebiscito.

Apesar disso, o Brasil é muito econômico em matéria de plebiscitos. Foram realizados dois, até hoje: em 1963, para escolher o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e outro em 1993, para escolher novamente o sistema e a forma de governo (monarquia ou república).

Além do plebiscito sobre sistema/forma de governo, convocado pelas disposições transitórias da Carta de 1988, nossa Constituição (artigo 18, § 3.º) só estabelece a obrigatoriedade de plebiscitos, para decidir sobre incorporação, subdivisão, desmembramento, anexação ou formação de novos Estados ou Territórios Federais.

O Plebiscito Nacional da Dívida Externa, portanto, é uma iniciativa original em dois sentidos: primeiro, por ser uma iniciativa organizada por organizações democráticas e populares; segundo, por

convocar a população para se manifestar sobre a política econômica seguida pelo governo brasileiro.

Participam da organização do Plebiscito dezenas de entidades, entre as quais: a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), a Coordenadoria Ecológica de Serviços (CESE), a Central Única dos Trabalhadores, a Central de Movimentos Populares, a União Nacional dos Estudantes, a Contag, o MST e o Movimento de

Pequenos Agricultores. O Plebiscito faz parte, ainda, da agenda do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania.

O Partido dos Trabalhadores, ao lado de outros partidos democrático-populares, participa da organização do Plebiscito da Dívida Externa.



Modelo da cédula do Plebiscito da Dívida Externa

Abaixo, as perguntas que constarão da cédula a ser preenchida na consulta à população de 2 a 7 de setembro em todo o Brasil.

ESCOLHA APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS EM CADA PERGUNTA



Sobre o FMI

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?

Sim Não

Sobre a Dívida Externa

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?

Sim Não

Sobre a Dívida Interna

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Sim Não

Atacando em duas frentes

No dia 1º de junho, o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), protocolou junto à mesa da Câmara Federal um Projeto de Decreto Legislativo, que estabelece a convocação de um plebiscito oficial para decidir sobre o acordo com o FMI, sobre a auditoria e as condições de pagamento da dívida externa.

Este projeto, elaborado a pedido da coordenação do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, e sua Justificativa (disponível na internet: www.pt.org.br) devem ser repercutidos pelos parlamentares petistas, em todas as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais:

Projeto de Decreto Legislativo

Determina a realização de plebiscito para que a população decida sobre a dívida externa e manutenção dos Acordos Internacionais entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - Realizar-se-á plebiscito para que a população brasileira, na condição de eleitora e em pleno gozo dos seus direitos políticos, decida sobre a realização de auditorias da dívida externa, das condições de pagamento da dívida externa e sobre a manutenção dos Acordos Internacionais entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Parágrafo único - O plebiscito de que trata o caput será constituído das seguintes perguntas, precedidas das únicas

possibilidades de respostas SIM e NÃO:

“O Governo Brasileiro deve romper os Acordos Internacionais junto ao Fundo Monetário Internacional?”

“O Governo Brasileiro deve realizar uma auditoria da dívida externa brasileira?”

“O Governo Brasileiro deve manter a atual política de pagamento da dívida externa?”

Artigo 2º - Caso a vontade popular determinar o rompimento dos Acordos Internacionais entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional – FMI, os efeitos destes serão suspensos em um prazo de até 90 (noventa) dias.

Artigo 3º - Caso a vontade popular determinar a realização de auditoria da dívida externa brasileira, esta deverá ser iniciada em um prazo de até 90 (noventa) dias.

Artigo 4º - Caso a vontade popular determinar a revisão das condições de pagamento da dívida, caberá ao Congresso Nacional deliberar sobre as novas condições no prazo de até 90 (noventa) dias.

Artigo 5º - O plebiscito de que trata este Decreto Legislativo será realizado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Artigo 6º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará este decreto legislativo, dando formas e baixando Resoluções adequadas para a realização e apuração do plebiscito.

Artigo 7º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Não à especulação!

Como a dívida pública interna dobrou durante o Plano Real

A dívida pública é a soma de tudo aquilo que todos os órgãos do Estado brasileiro devem, incluindo o governo federal, estados, municípios e empresas estatais. Mas como o setor público é também um grande credor, tanto de outros órgãos públicos quanto de entidades privadas, o conceito de dívida líquida traduz mais claramente a posição financeira do setor público. Trata-se simplesmente de abater, do total das débitos, o total dos créditos realizáveis.

A divisão mais comum quando se fala de dívida pública é entre a dívida interna, que pode ser paga em moeda nacional, e a dívida externa, que deve ser paga em moeda estrangeira. As duas têm causas e conseqüências distintas, embora possam ter implicações uma sobre a outra. A dívida pública interna possui três origens principais: o financiamento de novos gastos públicos em bens e serviços (despesas com educação, construção de novas obras etc.) em qualquer nível de governo ou entidade pública, os gastos com juros sobre as dívidas contraídas no período anterior e, no caso do governo central, a política monetária e cambial.

No Brasil nos anos recentes, principalmente depois do Plano Real, a dívida pública externa diminuiu, se expressa como percentual do PIB, mas houve um crescimento enorme da dívida pública interna, principalmente do

governo federal. O fator que mais impulsionou esse crescimento não foram novos investimentos públicos, mas sim as taxas de juros e os custos da política monetária e cambial.

O crescimento da dívida interna se deu principalmente porque, com o real sobrevalorizado, o Brasil começou a ter grandes déficits na sua balança comercial e principalmente nas chamadas transações correntes com os outros países, que incluem também os juros e serviços e as remessas de lucros para o exterior. Para equilibrar as contas, o país tinha que atrair capitais externos de curto prazo oferecendo taxas de juros altíssimas. A entrada desses capitais contribuía para valorização adicional do real frente ao dólar. Assim criou-se um círculo vicioso que fez a dívida pública interna líquida sair de 20,7% do PIB em 1994 e chegar a quase 40% do PIB, ou cerca de 400 bilhões de reais, no final de 1999. Somente o custo de acumulação de Reservas Internacionais no Banco Central pode ser estimado em até 76 bilhões de reais, dependendo dos parâmetros utilizados (Considerando-se nesse caso todo o diferencial de juros entre o rendimento das reservas e a taxa de juros básica do Banco Central). O total gasto com juros ultrapassou os 250 bilhões de reais nos seis anos entre 1994 e 1999. Essa política de juros



altos também teve efeitos desastrosos sobre as finanças públicas estaduais e municipais. Como boa parte das dívidas desses governos estava contratada com taxas de juros flutuantes, e que chegaram a mais de 33% ao ano em termos reais em 1995, houve uma explosão dessas dívidas. Foi o caso da dívida de estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, forçados depois a renegociá-las em termos altamente desfavoráveis aos seus interesses.

O crescimento da dívida interna não ocorreu devido ao excesso de gastos com funcionalismo, previdência social ou com outros gastos em educação, saúde etc., como tenta fazer crer o governo FHC e os profetas do neoliberalismo. Na verdade, durante os seis anos do Plano Real o chamado resultado primário - diferença entre receitas e despesas, excluídos os gastos financeiros - foi positivo na média desse período. Ou

seja, houve superávit primário, e não déficit.

Uma parte também expressiva da dívida foi acumulada em outras despesas decorrentes da política monetária e cambial praticada nesse período, bem como da disposição do governo de proteger a todo custo os interesses do grande capital financeiro. Uma dessas fontes foi o Proer. Depois de negar, contra todas as evidências, que o Proer teria um elevado custo fiscal, o último balanço do Banco Central foi obrigado a reconhecer um prejuízo já realizado de mais de 13 bilhões de reais, valor esse incorporado à dívida interna.

Além dessas implicações imediatas no crescimento da dívida interna, a política econômica do governo FHC também produziu um grande salto na dívida interna por ocasião da desvalorização cambial de janeiro de 1999. Depois de gastar bilhões de reais tentando defender

uma taxa de câmbio completamente artificial, o Banco Central tinha também vendido dezenas de bilhões de reais em títulos públicos com garantia de correção pela variação cambial. Quando veio a desvalorização, de aproximadamente 50%, mais de 30 bilhões de reais foram adicionados à dívida interna, e embolsados pelos bancos que vinham apostando contra a política cambial.

O mais grave de todo esse quadro é que esse gigantesco aumento da dívida pública brasileira se deu no mesmo período em que foram vendidas empresas estatais federais e estaduais no valor de mais de 60 bilhões de dólares, sem incluir as vendas do ano de 1999. Além da explosão do endividamento, grande parte do patrimônio público foi vendida. O estado brasileiro se tornou duplamente mais pobre: aumentou os passivos e diminuiu os ativos. Encontra-se naquela situação da família que se endivida, vende seu patrimônio para pagar a dívida e ainda assim a dívida aumenta.

Mas se o estado se encontra mais pobre, é da natureza da dívida pública interna que setores privados se encontrem mais ricos. E estes setores são os detentores do capital financeiro, que receberam os juros de agiota pagos durante todo esse período, detém os títulos públicos representativos da dívida e

ainda compraram uma grande parte das estatais, liquidadas para garantir o pagamento a eles mesmos.

O acordo assinado entre o Brasil e o FMI busca assegurar, além da continuidade do envio de recursos ao exterior para o pagamento da dívida externa, a viabilidade do pagamento dos juros da dívida pública interna aos grandes bancos e capitalistas nacionais. O ajuste fiscal, sob a ótica do FMI e de FHC, significa cortar dos orçamentos todos os gastos necessários à continuidade do pagamento das dívidas.

Esse é também o espírito dos acordos de refinanciamento das dívidas com os estados e municípios e da Lei de Responsabilidade Fiscal recentemente aprovada. O Ministério da Fazenda passa a atuar, na relação com os estados e municípios, como a direção do FMI no acordo entre o Fundo e o Brasil: é o responsável pela fiscalização do cumprimento das metas, que visam assegurar a tranquilidade daqueles que, depois de receber rios de dinheiro como pagamento de juros nos últimos anos, se sentiam ameaçados pela situação pré falimentar em que se encontram esses governos.

**Fábio Pereira é mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (SP)*

O que é o FMI

FMI: distribuição de votos por países membros

EUA	17,8%
Alemanha	5,4%
Japão	4,2%
Inglaterra	6,2%
França	4,5%
Outros países desenvolvidos	17%
Rússia e outros países ex-socialistas	7,1%
Países em desenvolvimento (exceto o Brasil)	36,32%
Brasil	1,48%

(dados de 1992)

Em 1944, a Segunda Guerra Mundial ainda não havia acabado. Mas já estava claro que o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) havia perdido para os Aliados (Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra).

Portanto, embora o conflito militar continuasse, os governos já discutiam o pós-guerra. E um dos principais problemas era como organizar a economia, uma vez que todos sabiam que tanto a Primeira quanto a Segunda Guerra mundiais foram uma conseqüência - para alguns direta, para outros indireta - da disputa entre os grandes países capitalistas.

Com o objetivo de discutir o funcionamento da economia no pós-guerra, 44 países enviaram ao todo 700 representantes para uma grande reunião, iniciada em 1º de julho de 1944, na localidade de Bretton Woods, situada nas montanhas de New Hampshire, Estados Unidos. Na abertura da

Conferência, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Morgenthau, falou da "criação de uma economia mundial dinâmica, na qual os povos de cada nação terão a possibilidade de realizar suas potencialidades em paz e de gozar mais dos frutos do progresso material, numa Terra benzida por riquezas naturais infinitas".

Por trás dessas belas palavras, estava o interesse dos Estados Unidos em garantir o "livre comércio", sem barreiras para seus produtos, num momento em que era o único país do Norte a dispor de excedentes de mercadorias. Os Estados Unidos queriam, também, facilitar seus investimentos no estrangeiro e acesso livre às fontes de matérias-primas.

Os principais participantes da Conferência de Bretton Woods foram os Estados Unidos e a Inglaterra (cuja delegação foi chefiada pelo célebre economista Keynes). A

delegação brasileira era presidida pelo ministro da Fazenda A. de Souza Costa, e composta por Francisco Alves dos Santos Filho, diretor de câmbio do Banco do Brasil, Valentim Bouças, do Conselho de Economia e Finanças, e Victor A. Bastian, diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul, além de três personagens que moldariam a economia brasileira, na época da ditadura militar: Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos.

O Acordo de Bretton Woods, assinado no dia 22 de julho de 1944, tratava de três assuntos: sistema monetário internacional, regras comerciais e planos de reconstrução para as economias destruídas pela guerra.

Hoje, não existe mais o mundo desenhado naquele Acordo. Mas continuam existindo duas instituições criadas pela Conferência de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que começou a

funcionar em 1º de março de 1947, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais conhecido como Banco Mundial), que instalou-se em 27 de dezembro de 1945.

Supostamente, o BIRD foi criado para financiar projetos de recuperação e construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Já o FMI teria a função básica de fornecer recursos financeiros, tal como um banqueiro de última instância, para aqueles países que apresentassem déficits nas contas externas, decorrentes de conjunturas internacionais adversas.

Na prática, tanto o FMI como o Banco Mundial ganharam importância com a crise da dívida externa, nos anos 80, quando emprestaram ou autorizaram empréstimos apenas para os países que se dispuseram a adotar programas de ajuste de corte neoliberal.

Tanto o FMI quanto o Banco Mundial são dirigidos por um "Comitê de Governadores". Cada país é representado por um governador. Teoricamente, os governadores elegem o presidente do Banco Mundial, porém, na prática, o presidente do Bird é sempre um cidadão dos Estados Unidos, escolhido pelo governo norte-americano. Já o diretor-presidente do FMI é tradicionalmente um europeu. No dia-a-dia, o Banco Mundial e o FMI são conduzidos pelos diretores-executivos.

O dinheiro do FMI vem dos 182 países-membros, entre os quais o Brasil. Evidentemente, manda no Fundo quem tem mais dinheiro investido: no caso, os Estados Unidos e os outros grandes capitalistas. O Brasil e os demais países hiperpopulosos pesam muito pouco: no FMI, prevalece a democracia do dólar.

Não ao acordo!

O atual acordo do Brasil com o FMI garantiu ao governo brasileiro recursos da ordem de US\$ 41,5 bilhões. No entanto, este valor não vem sendo utilizado para a recuperação da economia do país.

Os gastos com as dívidas interna e externa comprometeram a capacidade de investimento público e a retomada do crescimento econômico, pois o governo, sob a alegação de que paga a dívida para que o Brasil possa continuar recebendo mais investimentos externos, alimenta o cassino financeiro promovendo cortes nos gastos produtivos e sociais.

O acordo com o FMI não tem como meta o reequilíbrio da economia, mas cumprir as obrigações com os credores.

O texto formal do acordo até hoje não foi divulgado e o próprio Senado, a quem compete a autorização de operações externas de origem financeira, não teve acesso a ele. Nem o Senado e tão pouco o povo brasileiro.

O atual acordo do Brasil com o FMI foi firmado pelo governo brasileiro em 13 de novembro de 1998, pelo Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Quase um mês depois, no dia 10 de dezembro de 1998, o Senado brasileiro aprovou a Resolução nº 96/1998, autorizando o acordo.

Logo depois, o Brasil e o real foram desvalorizados e o acordo teve que ser revisto. Mas a revisão foi feita pelo governo, novamente sem passar pelo Senado. Uma vez que o Senado é controlado pelos partidos governistas, é de se perguntar por qual razão o governo atropela a Constituição, que estabelece ao Senado a incumbência de autorizar este tipo de operação internacional? Outra pergunta que cabe: quais as razões que motivaram o empréstimo?

Esmola demais...

Certamente não foi por caridade que o FMI, o Banco Internacional de Compensações (BIS) e o Banco do Japão decidiram disponibilizar US\$ 41,5 bilhões para o Brasil. Na verdade, eles temiam as repercussões internacionais da crise na economia brasileira. O empréstimo foi uma vacina que o sistema financeiro internacional utilizou para evitar que a quebra do real tivesse os mesmos efeitos de contágio que as crises da Ásia (1997) e da Rússia (1998), derrubando mais economias pelo globo.

Mas, para manter a "estabilidade" do cassino financeiro internacional, o acordo Brasil/FMI manteve e até agravou as consequências da política econômica adotada pelo governo brasileiro. E impôs condições vexatórias para a soberania nacional.

O "programa de ajuste com o FMI" inclui um acordo com o BIS, representando 19 países, que se cotizaram para reunir US\$ 13,28 bilhões; e um acordo à parte entre o governo brasileiro e o Banco do Japão. O acordo entre o BIS e o Banco Central do Brasil (BC ou Bacen) tem garantia da

União. O governo brasileiro comprometeu-se ainda a fornecer informações sobre o desempenho econômico-financeiro do país, manter suas reservas internacionais nos níveis acertados e não impor controles às saídas de capital.

Foro privilegiado

Caso o governo brasileiro deixe de honrar alguma das obrigações ou de atender aos critérios de desempenho econômico, o acordo será suspenso. Portanto, o substancial volume de recursos das operações com o FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BIRD, BIS e Banco do Japão não está disponível de imediato e sua liberação depende de avaliações periódicas.

Em caso de inadimplência ou descumprimento de compromisso com qualquer um dos credores, o Banco Central brasileiro se obriga a efetuar o reembolso imediato dos valores pendentes pelo acordo do BIS e Banco do Japão. Além disso, caso o ministro das Finanças do Japão julgue que determinada medida do governo brasileiro subverte os objetivos do acordo, será exigida a liquidação integral da obrigação com o Banco do Japão, mesmo que não tenha havido inadimplência. Se, por outro lado, houver inadimplência junto ao BIS ou Banco do Japão, o FED (uma espécie de banco central norte-americano) fica autorizado a debitar qualquer conta do BC, inclusive seus investimentos e títulos mantidos pelo governo brasileiro naquela instituição americana.

As disputas surgidas no acordo com o BIS serão resolvidas por arbitragem, realizada em Basiléia, Suíça, segundo as regras da Comissão de Legislação Comercial Internacional das Nações Unidas. As disputas relativas ao acordo com o Japão serão dirimidas por arbitragem em Tóquio ou, se o ministro das Finanças desejar, ainda

em Basiléia. Ou seja, o foro privilegia os credores, não o Brasil.

Juros altos

O atual acordo com o FMI, como todos os outros já firmados pelo Brasil, não tem o objetivo de reequilibrar a economia ou levar ao desenvolvimento, mas sim cumprir as obrigações com os credores externos, assegurando a manutenção dos lucros do mercado financeiro internacional.

Segundo a versão inicial do acordo, as reservas internacionais líquidas do Brasil não poderão ser inferiores a US\$ 20 bilhões. Se as reservas caírem abaixo desta meta, o governo terá que aumentar a taxa de juros. Ou seja, o acordo estabelece uma vinculação entre as reservas internacionais e o montante de recursos para o crédito doméstico. Os altos juros decorrentes dessa camisa de força imposta pelo acordo, afeta as contas do maior devedor, o próprio governo, aumentando a dívida pública e submetendo a evolução da economia brasileira ao fluxo de capitais estrangeiros.

Outro ponto importante do acordo: o governo comprometeu-se a incorporar à dívida pública registrada vários "esqueletos" (dívidas não registradas), no valor de R\$ 24,8 bilhões. O cumprimento dessas obrigações será feito pelas receitas de privatização que deveriam atingir R\$ 25,7 bilhões no mesmo período. Tudo o que fosse apurado, portanto, na venda das estatais, nos três níveis de governo, seria aplicado no resgate de dívidas.

Registre-se que, na revisão do acordo com o Fundo (8/3/1999), fala-se explicitamente que "o Governo exercerá com determinação" sua política de redução do papel dos bancos públicos na economia e que acelerará e ampliará "o escopo do programa de privatização", determinação que já se traduz, entre outras coisas, na ofensiva sobre o setor

petrolífero e na pressão por privatizar o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e outras estatais.

Mais impostos

Também para garantir o cumprimento do acordo, o governo aumentou brutalmente a arrecadação de impostos, tanto devido a novos impostos, como a CPMF, quanto em razão de "espertezas", como o aumento artificial do Imposto de Renda retido na fonte, provocado pela não correção das tabelas de desconto.

O que foi arrecadado a mais, o Estado transferiu, sob a forma de juros, para os grandes grupos econômicos credores da dívida pública. A tabela publicada nesta página ajuda a entender o fenômeno (os valores estão em bilhões de reais).

Previsão furada

Os números previstos pela versão inicial do acordo foram alterados já



na primeira revisão, ocorrida depois da desvalorização do real. Assim, de uma inflação prevista de 2% (para 1999), chegou-se a 16,8% na revisão. O crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro caiu de 1% para -3,5% a -4%. A relação dívida total do setor público/PIB foi de 46,5% a 50% e a relação do déficit nominal do governo federal/PIB foi de 4,7% a 6,9%.

A revisão do acordo realizada em outubro de 1999, possibilitou ao governo brasileiro, por meio do Banco Central, utilizar-se de US\$ 2 bilhões das reservas cambiais para assegurar a cotação do dólar, que superara a barreira dos R\$ 2 com tendência de alta.

Outras metas previstas no acordo foram rapidamente desmentidas. Previa-se um superávit comercial de US\$ 11 bilhões em 1999, mas o ano terminou com um déficit de US\$ 1 bilhão.

Irresponsabilidade social

Por caminhos diretos e indiretos, o efeito mais sério do acordo com o FMI é social e resulta nos cortes feitos no orçamento público, essenciais para garantir que sobre dinheiro para o pagamento da dívida.

Neste sentido, a recente aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe um limite rígido de investimentos para Estados e municípios, de modo a garantirem superávits para pagamentos dos serviços das dívidas; e a aprovação, em janeiro deste ano, da Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU), reedição do Fundo de Estabilização Fiscal, que permite a utilização de até 20% da verba do orçamento da união (aproximadamente R\$ 60 bilhões) sem consulta ao Congresso, são consequências do acordo.

Outro exemplo de que o governo se esforça para satisfazer a voracidade dos credores internacionais é o Decreto do Presidente da República nº 3.473, publicado Diário Oficial no último dia 19 de maio, cortando R\$ 8,6 bilhões do orçamento.

O governo federal não esconde os motivos que levaram a este corte. O próprio Decreto reafirma a

necessidade de cumprir as metas de superávit

de cumprir as metas de superávit

fiscal de 2,6% do PIB, prevista no acordo com o FMI.

Soberania no lixo

O governo nega que seja assim. Segundo o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a "alocação de recursos jamais é discutida com FMI". E o Ministério da Fazenda soltou nota que diz: "Aos que de boa fé não têm noção exata da natureza do acordo do Brasil com o FMI e aos que apenas exploram politicamente esse acordo, o Ministério da Fazenda reitera que a alocação de recursos orçamentários não é e jamais foi tema de discussão e muito menos de negociação com o Fundo Monetário Internacional. Como já foi dito diversas vezes, sequer está no âmbito da competência dessa instituição ou de qualquer outro organismo internacional opinar a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União. Esta é uma prerrogativa exclusiva e intransferível dos Poderes Executivo e Legislativo brasileiros, em discussão amplamente democrática."

Estudo divulgado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos

Deputados chegou a uma conclusão diferente, dizendo que o "acordo" com o FMI "retirou do país sua autonomia sobre a política monetária e cambial e sobre o controle dos fluxos de capital externo e determinando a agenda de prioridades que o governo deve adotar para ajustar-se às exigências dos "investidores externos".

Este mesmo estudo lembra que "o aumento extraordinário da conta de juros compromete parcelas crescentes dos recursos públicos. Em 1998, as despesas nominais com juros representaram cerca de 8% do PIB, um nível evidentemente insustentável a médio prazo. Ao longo do quadriênio 1994/98, estas despesas somaram 214,4 bilhões de reais, o que dá uma idéia do seu impacto sobre as finanças públicas. Apesar da elevação da carga tributária e do aumento significativo da receita de impostos e contribuições arrecadada pela Secretaria da Receita Federal - da ordem de 33% em termos reais no mesmo período - as despesas reais com juros aumentaram fortemente sua participação no total

arrecadado, passando

de 22,6% em 1994 para 57,6% em 1998.

É evidente que, à margem de outros fatores, um nível de comprometimento das receitas desta ordem deixa muito pouco espaço para o financiamento do investimento público. Este quadro se agravou ainda mais com a privatização do patrimônio público, inclusive de empresas com elevada capacidade de investimento e de captação de recursos do exterior. A tentativa de substituir o investimento público pelo investimento externo, embutida nas propostas do governo, aparentemente fracassou.

O investimento estrangeiro não cumpre o papel de indutor do investimento privado tradicionalmente desempenhado pelo investimento estatal e, a julgar pelos resultados obtidos até agora, tem sido bastante menos eficiente do que este último em termos de alavancar o crescimento econômico e as exportações."

(A íntegra do Estudo pode ser acessada na internet: www.camara.gov.br/cdh)

Fontes: notas técnicas elaboradas pela assessoria da liderança do PT na Câmara dos Deputados.

SE ESSA GRANA FOSSE MINHA...

O que daria para fazer com o dinheiro da dívida externa*



Muita gente não sabe o que é dívida externa. Outros sabem, mas pensam que esta dívida não tem impacto nenhum em sua vida, na vida de sua família e de sua comunidade. Os números abaixo revelam o contrário: mostram que a dívida externa tem relação direta com o seu dia-a-dia.

A dívida externa brasileira aumentou de 148 bilhões de dólares, no final de 1994, para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente 126 bilhões de dólares aos credores, sob a forma de amortização do principal e juros da dívida.

Traduzindo isto em reais do Carnaval 2000, isso significa que transferimos aos nossos credores, ao longo do primeiro mandato do atual presidente da República, algo como 233 bilhões de reais.

O que teria sido possível fazer com todo este dinheiro?

SALÁRIO MÍNIMO

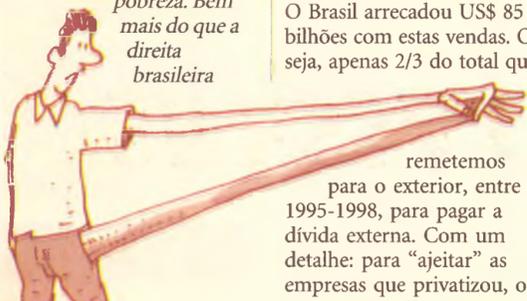
O governo diz que se o salário mínimo subir para 176 reais, isso provocará um "rombo" de 2 bilhões e 200 milhões de reais nas despesas do Instituto Nacional do Seguro Social no ano 2000. Pois com o dinheiro gasto com a dívida externa, entre 1995-1998, seria possível cobrir este rombo por 106 anos!!! Com a vantagem que o dinheiro gasto em salários melhora a vida das pessoas e estimula a atividade econômica.

BÔNUS

Com o dinheiro gasto com a dívida externa entre 1995-1998, teria sido possível pagar um "bônus" de R\$ 1.474,00 para cada brasileiro. Ou um bônus de 45 mil reais para cada família brasileira que vive com até 1 salário mínimo.

POBREZA

Com o dinheiro gasto no pagamento da dívida externa, entre 1995-1998, teria sido possível investir 58 bilhões de reais ao ano, ao longo de quatro anos, para erradicar a pobreza. Bem mais do que a direita brasileira



propõe, da boca para fora: de 6 a 8 bilhões de reais por ano, daqui até 2010.

EMPREGOS

Se o governo tivesse investido, na geração de empregos, aquilo que ele enviou para os credores da dívida externa durante o primeiro mandato do atual presidente, teria sido possível criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis. Ou então criar 10 milhões e 500 mil empregos diretos em indústria têxteis. Ou ainda criar 15 milhões e 750 mil empregos diretos na construção civil. O desemprego seria muito reduzido ou até eliminado.

MORADIAS

Com o dinheiro que enviamos para os credores, teria sido possível construir 15 milhões de moradias populares, de 35 metros quadrados, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de 15 mil reais. Com isso, acabaria o déficit habitacional existente no Brasil.

EDUCAÇÃO

Trabalhando duro, um professor de escola pública de ensino fundamental ganha, no início da carreira, em média 300 reais por mês. Com o que gastou na dívida externa, entre 1995-1998, o Brasil poderia duplicar seus gastos em educação. E ainda sobriaria dinheiro para construir 6 milhões de escolas ou então 948 mil postos de saúde.

GASTOS EM SAÚDE

Teria sido possível, entre 1995-1998, aumentar o gasto per capita do Brasil em saúde, de US\$ 280 para US\$ 479!! E mesmo assim continuaríamos abaixo da Argentina (US\$ 795) e dos Estados Unidos (US\$ 3.858).

ASSENTAMENTOS

Teria sido possível assentar 5 milhões e 833 mil famílias de agricultores, ao custo de R\$ 40 mil cada uma. O que acabaria com o problema dos sem-terra no Brasil, estimularia a atividade econômica, baratearia o preço dos alimentos, reduziria a população dos grandes centros e, de quebra, ainda reduziria o poder dos políticos conservadores.

CRÉDITO RURAL

Nos três primeiros anos de governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de 8 bilhões de dólares. Isso significa que apenas 10% da produção agrícola do país recebeu financiamento. Se entre 1995-98 o país tivesse investido, na produção agrícola, aquilo que gastou com a dívida externa, teria sido possível financiar 40 bilhões de dólares ao ano, chegando aos 50% de financiamento da produção (o que ainda seria inferior ao financiamento dado pelos países desenvolvidos, onde o crédito rural chega a atingir 80% do valor produzido).

ESTATAIS

De 1991 até 1998, o Brasil vendeu 63 empresas através do Programa Nacional de Desestatização (isso sem levar em conta as estatais estaduais nem as telefônicas). O Brasil arrecadou US\$ 85 bilhões com estas vendas. Ou seja, apenas 2/3 do total que

remetemos para o exterior, entre 1995-1998, para pagar a dívida externa. Com um detalhe: para "ajeitar" as empresas que privatizou, o

Brasil gastou mais do que arrecadou!!! Ou seja, perdemos três vezes...

EMPRÉSTIMOS

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prometeu emprestar para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) US\$ 1 bilhão e 200 milhões, dinheiro que deveria ser repassado a micros, pequenas e médias empresas. O dinheiro que o Brasil enviou ao exterior, de 1995 a 1998, é 105 vezes maior do que este empréstimo.

APOSENTADORIAS

O país gastou, em 1997, 66 bilhões e 800 milhões de reais com as aposentadorias do setor público e do setor privado. Segundo o governo, houve um déficit de R\$ 19 bilhões e 200 milhões. Pois bem: com o que se gastou entre 1995-98 com a dívida externa, seria possível cobrir aquele déficit da previdência por 12 anos.

IMPOSTOS

Em 1998, o governo federal arrecadou cerca de 180 bilhões de reais em impostos. Ou seja:

entre 1995-98, o Brasil mandou para o exterior o equivalente a 1 ano e 3 meses de arrecadação de impostos federais. É como se a ano, enviássemos para o exterior o fruto de quase quatro meses de nosso trabalho.

AJUSTE FISCAL

O governo corta os gastos sociais, para que sobre dinheiro para pagar a dívida interna, que gira ao redor de 500 bilhões de reais. O governo tem buscado, em 1999 e em 2000, realizar cortes da ordem de 30 bilhões de reais nos gastos sociais. Pois bem: o que o Brasil mandou para o exterior, ao longo dos últimos quatro anos, equivale a 7,7 vezes este corte. Ou seja, há corte nos gastos sociais porque o governo prefere honrar seus compromissos com os banqueiros nacionais e internacionais.

Agora você imagine: se teria sido possível fazer tudo isso, com o dinheiro que enviamos para o exterior ao longo dos últimos quatro anos, pense

só no que deixaremos de fazer se, nos próximos quatro anos, enviarmos uma quantia equivalente.

UM DETALHE

O governo diz que paga a dívida externa para que o Brasil possa continuar recebendo mais investimentos externos.

Pois bem: entre 1995 e 1998, entraram no Brasil 66 bilhões de dólares de investimentos líquidos estrangeiros. Nesse mesmo período, enviamos 126 bilhões de dólares para o exterior.

Dá para perceber quem está levando prejuízo nesse negócio?

Evolução da dívida externa total:

1980	64 bilhões de dólares.
1990	123 bilhões de dólares.
1994	148 bilhões de dólares.
1999	241 bilhões de dólares.

Fonte: Boletins do Banco Central.

Amortização e pagamento de juros da dívida externa em 1999

Juros	15,1 bilhões de dólares
Amortizações	51,9 bilhões de dólares

Fontes

A conversão de dólares em reais tomou como base o câmbio de R\$1,852 (FSP, 9/3/2000).

a) Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul; c) Dados fornecidos pelos movimentos sociais; d) Revista Conjuntura Econômica. Texto publicado no número 1 do *Jornal do Plebiscito*

O que decidiu o II Congresso do PT

A seguir, os trechos da Resolução do II Congresso Nacional do PT, realizado de 24 a 28 de novembro de 1999, em Belo Horizonte, que falam sobre o acordo com o FMI, sobre a dívida externa e interna:

A conjugação ruínoza da abertura comercial e financeira com as políticas monetária e cambial adotadas nos últimos anos criou duas bombas de tempo que ameaçam o futuro do país: as dívidas externa e interna.

A dívida externa foi o principal fator de desestabilização e estagnação da economia brasileira nos anos 80, a partir da elevação unilateral dos juros de 6% para 20%. Nesse período a dívida foi estatizada. Em 1990 a dívida pública representava 85% do total da dívida. O Plano Brady renegociou e alongou os prazos da dívida velha e restabeleceu condições de financiamento a partir de 92.

A dívida externa bruta passou de US\$ 145,7 bilhões, em 1993 para US\$ 229,3 bilhões, em agosto de 1999. Diferentemente dos anos 80, o endividamento atual é essencialmente privado. Saltou de US\$ 43,1 bilhões, em 93, para US\$ 126,2 bilhões, em 99. Esse endividamento foi

promovido por grandes bancos, grupos multinacionais e nacionais que disputaram as empresas privatizadas ou se beneficiaram das taxas de juros internacionais, em torno de 6%, enquanto as taxas internas nunca estiveram abaixo de 15% e o crédito ao consumidor chegava a 300% ao ano.

Diante desse novo quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país. Isso supõe uma renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa, pois o atual endividamento do Estado é insustentável. A intransigência dos credores e o contexto de crise cambial poderá levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. Independente desse cenário, é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxação das remessas de lucro conforme os patamares internacionais (30%) distintos dos atuais 15%, que estimulam a descapitalização do país. É necessário bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa. O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida, buscando com outros países uma estratégia comum de renegociação e a realização de ampla auditoria sobre o conjunto da dívida.

Manifestamos nosso irrestrito apoio às iniciativas defendidas pela CNBB sobre o cancelamento da dívida dos países pobres e realização de um plebiscito sobre a dívida no ano 2000.

A dívida interna terá igualmente de ser renegociada, com o alongamento de seu perfil. Mas isto só poderá ocorrer depois de equacionada a situação patrimonial (devedora e credora) do sistema financeiro nacional.

As privatizações têm representado uma gigantesca transferência de renda do setor público para o privado. Os preços de venda foram aviltantes, muitas vezes financiados com recursos do Estado. Os efeitos sobre o crescimento da economia são inexistentes, com resultados irrelevantes no abatimento das dívidas interna e externa. Dados recentes do Banco Central mostram que entre 91 e 99 o Brasil arrecadou com a venda de empresas de estados e da União US\$ 88,3 bilhões. Só entre julho de 98 e julho de 99, o total de gastos com juros da dívida pública foi de US\$ 66 bilhões. Em apenas um ano foi gasto com juros cerca de 80% do arrecadado em 8 anos de privatizações.

(...) a política econômica de FHC acarretou aumento espetacular das dívidas interna e externa. Os cortes no orçamento atingiam as políticas públicas, agravando a situação social do país. Os aumentos de impostos e as sucessivas elevações da taxa de juros, utilizados para fazer face

aos efeitos da crise da Ásia (outubro, 1997) e da Rússia (agosto, 1998), provocaram forte recessão deteriorando ainda mais as finanças públicas.

(...) O núcleo da proposta da União do Povo era as transformações estruturais, a mudança do modelo centrada na criação de um mercado de bens de consumo de massas, a prioridade às políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento e cultura, o projeto de reforma agrária e política agrícola e os programas de Mais e Melhores Empregos e o de Renda Mínima. A tudo isso se somava o novo tratamento a ser dado às dívidas externa e interna.

No Plano de Luta O PT apresentará à Frente de Esquerda e ao Fórum Nacional de Luta a proposta de organizar (...) duas grandes iniciativas envolvendo o conjunto da sociedade: uma emenda popular com um plano nacional de pleno emprego e o plebiscito sobre a dívida externa (...)

Nosso objetivo é colher mais de um milhão de assinaturas à Emenda e milhões de cidadãos votando no plebiscito em todas as cidades do Brasil."

Em defesa do Brasil Denúncia do acordo com o FMI; renegociação soberana da dívida externa e controle imediato sobre o fluxo de capitais externos.

Em defesa da democracia Restabelecimento do Pacto Federativo com renegociação das dívidas de Estados e municípios.

Bibliografia

A Vida Acima da Dívida - Tribunal da Dívida Externa (memória do Tribunal). Editora Oficina do Autor. Rio de Janeiro, 2000. Produzido pela Coordenação do Tribunal da Dívida Externa.

Dívida Externa. Eles Gastam, Nós Pagamos. Gilberto Maringoni e Mouzar Benedito. Edições Loyola. 2ª edição, abril de 2000.

Dívida E(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas. Marcos Arruda. Editora Vozes (parceria PACS). Petrópolis/RJ, 1999.

O Brasil Endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90.

Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

Expediente

Este jornal foi produzido pela Secretaria Nacional de Comunicação do PT, em junho de 2000. Circula como encarte do PT Notícias, jornal quinzenal do Diretório Nacional do PT. Ilustrações: Gilberto Maringoni. Home page do Plebiscito Nacional: www.jubileu2000rj.hpg.com.br

Secretaria do Plebiscito Nacional

SE/SUL Q. 801 Conj. "B" 70401-900 - Brasília/DF
Telefone (061) 313-8323/Fax 313-8303
E-mail: psocial@cnbb.com.br

Comissão Nacional de Mobilização do PT

Flávio Jorge e Valter Pomar
Rua Silveira Martins, 132 - cep01019-000 São Paulo/SP - Telefone (011)233-1302
E-mail: 3vice@pt.org.br e fjmobilita@pt.org.br